

**PROJETO DE LEI Nº 2827.09, DE 12 DE JULHO DE 2023**  
**ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL**

Dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Progresso, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, decorrentes de decisões judiciais, considerados como pequeno valor (RPV).

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande do Sul,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**L E I**

**Art. 1º** O pagamento de débitos ou obrigações do Município de Progresso/RS, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do artigo 100, §§ 3º e 4 da Constituição Federal, será feito diretamente pela Secretaria de Finanças, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente (Requisição de Pequeno Valor - RPV).

**Parágrafo único.** Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações equivalentes a 06 (seis) salários mínimos nacionais vigentes.

**Art. 2º** Os pagamentos de RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria da Fazenda.

**Art. 3º** O Departamento Jurídico do Município de Progresso/RS velará para que, nos autos dos processos respectivos, não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, vedados no § 8º do artigo 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do artigo 1º desta Lei, para receber através de RPV.

**Art. 4º** Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,  
Em 12 de julho de 2023.

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretaria de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2818.09/2023.  
Ao Projeto de Lei nº 2827.09/2023.

Senhor Presidente e  
Demais Vereadores:

Encaminhamos a esse Poder Legislativo o apenso Projeto de Lei que dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Progresso/RS, nos termos do art. 100, § 4º da Constituição Federal, decorrentes de decisões judiciais, considerados como de pequeno valor (RPV).

De acordo com este artigo da carta magna é possível ao município estipular quantia limite para Requisição de Pequeno Valor - RPV, conforme sua capacidade econômica.

A principal vantagem do Município em regulamentar estes pagamentos está na possibilidade da programação financeira das dívidas, mediante pagamento por precatório, que impõe a previsão no orçamento do ano seguinte.

Diante da matéria apresentada no Projeto de Lei anexo, estipulando o valor máximo de 06 (seis) salários mínimos por RPs, podendo os pagamentos serem organizados para os anos seguintes, evitando colapsos, ainda mais frente a nossa realidade, onde Município é pequeno, tem orçamento reduzido e, ainda, levando em conta a atual crise financeira dos Municípios, cuja tendência é de piorar.

Isto posto, solicitamos seja a matéria apreciada em regime de urgência conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal